



LUCIANA MÜLLER  
lmuller@jj.com.br

**WhatsApp**

Para que ninguém alegue não ter ciência de reuniões e encontros, o presidente da Câmara dos Vereadores de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), criou um grupo no WhatsApp visando uma comunicação mais rápida entre os 19 vereadores. Nesta semana, quando da reunião no Paço Municipal, na terça-feira pela manhã, a convocação aconteceu por mensagem.

**Auxílio-aluguel**

O vereador Márcio Cabelheiro (PMDB) está preocupado com a falta do auxílio-aluguel, concedido pela Fundação Municipal de Ação Social (Fumas). Apesar de ser do mesmo partido do então presidente da entidade na gestão anterior (Waldemar Foelkel), o parlamentar não pleiteou na época a urgência para votação do projeto que já estava na Câmara. O texto deve ir a plenário na terça (14).

**Mutirão da saúde**

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e o secretário da Saúde, Wagner Vilela, apresentam à imprensa, hoje, às 10h, no Paço Municipal, o programa "Saúde em Dia". A ação tem como meta atender pacientes que estão em lista de espera para consultas nas áreas com maiores demandas. O mutirão de atendimento já havia sido anunciado nos primeiros dias de mandato, com previsão para acontecer entre final de fevereiro e início de março.

**Só investigados 1**

Composta por 54 senadores - 27 titulares e 27 suplentes -, a Comissão de Constituição e Justiça tem dez parlamentares alvos de inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Operação Lava Jato. Ao todo, dos 81 senadores na Casa, 13 são investigados na Lava Jato. Uma das mais importantes comissões do Senado, a CCJ tem, entre suas atribuições, a tarefa de sabatinar indicados à Suprema Corte, caso do ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes.

**Só investigados 2**

A previsão é de que a sabatina aconteça no fim de fevereiro. Moraes foi escolhido pelo presidente Michel Temer para ser o substituto de Teori Zavascki - morto em acidente aéreo em janeiro. Se, depois da sabatina da CCJ, o Senado aprovar a indicação, Moraes assumirá uma cadeira no STF e será o novo ministro revisor da Lava Jato na Corte.

**Sem Bíblia**

"Em vez de chamar um vereador para vir aqui ler um trecho da Bíblia, a gente poderia chamar um vereador para vir aqui encarnar um caboclo e falar também a palavra de outras religiões." Esse foi um dos argumentos usados por uma parlamentar de Araraquara para anunciar sua recusa em fazer a leitura bíblica antes das sessões da Câmara e que gerou polêmica na cidade. Exercendo pela primeira vez um mandato, a estudante de direito Thainara Faria (PT), 22, fez a afirmação logo na primeira vez em que usou a palavra na Casa. Ela se diz "católica, batizada e praticante".

► OFICIAL

**Prefeitura de Itupeva afirma que dívida chega a R\$ 213 milhões**

Em entrevista coletiva, ontem à tarde, o prefeito de Itupeva, Marcão Marchi (PSD), informou que a dívida deixada pela gestão anterior é de R\$ 213 milhões não pagos a fornecedores, Previdência Social e benefícios não repassados aos servidores públicos. Segundo ele, este é o número final apresentado depois de 40 dias de levantamento. Além disso, a apuração determinada pelo prefeito também identificou mais R\$ 8 milhões em notas fiscais que sequer foram contabilizadas pelo governo passado. Elas estavam escondidas em caixas, estocadas em um armário do Paço Municipal.

"São gastos que poderiam ter sido repassados à população em áreas como a saúde, educação, moradia e infraestrutura. Os problemas de enchentes ocasionados pela calha do Rio Jundiá já poderiam ter sido resolvidos", afirmou Marcão Marchi.

Na entrevista coletiva feita pelo prefeito, foram apresentados os números relacionados a gastos com folha de pagamento inchada e publicidade e propaganda do governo pas-



COLETIVA Prefeito Marcão Marchi (em pé) com secretário Celso Colletti (Fazenda)

sado. Dívidas com o INSS e fornecedores também foram apontadas pelo prefeito Marcão Marchi como responsáveis pelo gigantesco débito encontrado pela nova administração da cidade.

Imagens do abandono de prédios públicos, medicamentos vencidos, mobiliário destruído e veículos encontrados sem peças e até motor foram mostradas na apresentação. "Fiquei espantado quando me passaram o valor gasto com pu-

blicidade e propaganda na outra gestão, números que passaram de R\$ 14 milhões, sendo que poderiam ser redistribuídos para a construção de ETEC (Escola Técnica), por exemplo, que nunca saiu do papel", declarou Marcão Marchi.

**Notas**

Oito caixas com notas não contabilizadas pelo antigo governo também foram apresentadas na entrevista coletiva. "Serviços que foram feitos de



OUTROS DÉBITOS Notas fiscais sem lançamento totalizam mais R\$ 8 milhões

2013 a 2016, mas não foram pagos e sequer entraram na contabilidade da Prefeitura. São centenas de documentos que estavam escondidos em caixas, no fundo de um armário", ressaltou o prefeito.

A partir disso, Marcão Marchi apresentou as prioridades da nova gestão para os próximos quatro anos de administração: iniciar o parcelamento de algumas dívidas do município; instalar um sistema integrado de contas; criar um por-

tal mais moderno e de fácil acesso, com mais transparência para a população; apresentar planos de ação para áreas estratégicas como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, renda e emprego.

O secretário da Fazenda, Celso Colletti, também participou da coletiva. Tudo o que foi identificado no levantamento feito pela nova administração de Itupeva será agora encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público.

► LEGISLATIVO DE JUNDIÁ

Anexo da Casa de Leis sofre com rachaduras e tem grave problema com sistema de descargas atmosféricas

**Sem reformas, prédios da Câmara amargam problemas**

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@jj.com.br

O complexo de prédios que compõem a Câmara Municipal de Jundiá - formado pelo Plenário, com 70 anos, e o Anexo 'Vereador Professor Chico Poço', com 13 anos, está carente de reformas para se adequar aos requisitos de obras do Corpo de Bombeiros e da lei de acessibilidade. No Anexo, os problemas estruturais com rachaduras e infiltrações são antigos, assim como o sistema de descargas atmosféricas, que, segundo laudo, coloca em risco os funcionários e usuários do local. Já o Plenário, que não possui auto de vistoria, necessita de modificações no piso e nas paredes para ser liberado.

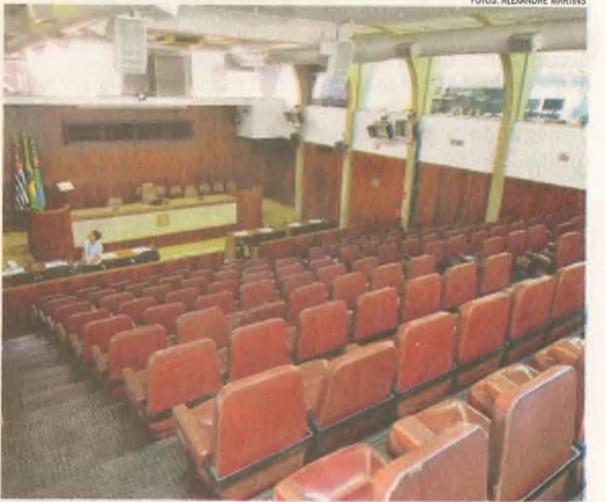
Os apontamentos são conhecidos desde 2016. "Em março do ano passado, um técnico da Secretaria de Obras da Prefeitura de Jundiá vistoriou o Anexo e apontou problemas graves no sistema de descarga atmosférica que acarretam grandes riscos à saúde e de incêndio, sugerindo contratação urgente de empresa especializada. Outros problemas apontados são os sinais de deterioração, rachaduras, infiltrações que comprometem a elétrica e hidráulica. Ainda existe o mofo, que torna o local insalubre", explica o presidente Gustavo Martinelli (PSDB).

Ele, que assumiu a presidência há 40 dias, aguarda a ajuda da prefeitura para a avaliação do custo da obra. "Estamos em contenção de gastos. Se tivermos de contratar uma empresa para fazer este levantamento ficará mais caro", argumenta.

Esses problemas do Anexo, segundo Martinelli, não devem comprometer a renovação do auto de vistoria dos bombeiros - que está em andamento, mas, no Plenário, a situação é mais complexa. O prédio antigo tem piso de borracha e pare-



ANEXO Prédio tem rachaduras e infiltrações: nunca passou por reforma após a inauguração



INADEQUADO Plenário tem piso de borracha e paredes de madeira, fora das regras



RACHADURAS Entrada do Anexo Professor Chico Poço tem trincas na parede de entrada

des de madeira, inadequados para as normas de construções atuais. "Existe uma empresa que foi contratada por R\$ 2,5 mil para fazer o levantamento do que será necessário para adequar o local", analisa.

**Ajuda**

A Prefeitura de Jundiá informa que o técnico responsável irá analisar a solicitação e, ainda nesta semana, irá disponibilizar as informações sobre o caso.

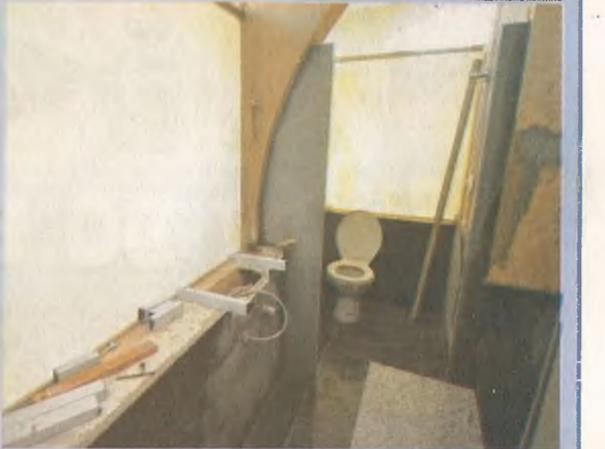
► BANHEIRO/PLENÁRIO

**Acessibilidade por R\$ 69 mil**

A única reforma que está em andamento, desde o mês de novembro do ano passado - enquanto o presidente da Câmara de Jundiá era Marcelo Gastaldo (PTB) - é a de acessibilidade para os banheiros do Plenário, ao custo de contratação de R\$ 69.547,42. Ainda não terminada, a construtora responsável pela obra pediu aditamento de mais R\$ 20 mil para finalizar o projeto. Entretanto, o custo é contestado por Gustavo Martinelli (PSDB), atual presidente da Casa.

"A planilha de custos enviada pela empresa foi encaminhada para a Secretaria de Obras da Prefeitura de Jundiá para análise. Não iremos aditar. O custo já está elevado e deveria contemplar qualquer intercorrência durante o processo de reforma", explica o presidente.

O processo está em análise há duas semanas e deve ser encerrado até o final do mês. Martinelli garante que o Jurídico da Casa irá cuidar do processo para que a em-



REFORMA Banheiro do plenário não era acessível a cadeirantes; obra não acabou

presa contratada termine a obra sem pagamentos adicionais.

**Sem detalhes**

De acordo com informações passadas pela empresa contrata-

da, Rommer Construções, o aumento do valor do contrato foi solicitado por conta de falta de detalhamento do projeto inicial, o que encareceu o preço final das modificações. (L.M.)